

A violência contra os camponeses e camponesas no Maranhão durante as décadas de 1980 e 1990

Violence against peasants in Maranhão during the 1980s and 1990s

Violencia contra campesinos en Maranhão durante las décadas de 1980 y 1990

Recebido: 02/03/2022 | Revisado: 10/03/2022 | Aceito: 19/03/2022 | Publicado: 26/03/2022

José Carlos Aragão Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0420-0531>

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

E-mail: jcaragaos@gmail.com

Jascira da Silva Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2980-5940>

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

E-mail: jascira.lima@ufma.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo problematizar e interpretar os dados acerca dos conflitos de terra ocorridos no estado do Maranhão durante as duas últimas décadas do século XX. Período em que ficaram latentes as violências contra camponeses/as, tanto pelas investidas criminosas de latifundiários, quanto pela negação de ação mediadora de conflitos por parte do estado. O percurso metodológico levou em consideração as experiências dos pesquisadores nesta área de conhecimento, o levantamento e análises dos relatórios produzidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) ao longo do período investigado e as produções bibliográficas sobre o tema em discussão. Os resultados destacados no texto evidenciam, em números, as mortes, a violência e a omissão do estado para com os camponeses/as maranhenses vítimas da ganância dos fazendeiros e do agronegócio. A resistência a diversas formas de violência sofridas pelos camponeses/as é ressaltada em nossa narrativa na força que emerge das organizações e dos Movimentos Sociais em parcerias com a igreja, a CPT e o desejo de lutar e permanecer na terra. Desejo que tem sido determinante para avançar nas conquistas camponesas ao longo de mais de três décadas de luta no campo.

Palavras-chave: Camponeses/as; Violência; Maranhão.

Abstract

This work aims to problematize and interpret data about land conflicts that occurred in the state of Maranhão during the last two decades of the twentieth century. A period in which violence against peasants was latent, both by the criminal attacks of landowners, and by the denial of action to mediate conflicts by the state. The methodological approach took into account the researchers' experiences in this area of knowledge, the survey and analysis of the reports produced by the Pastoral Land Commission (CPT) throughout the investigated period and the bibliographic productions on the topic under discussion. The results highlighted in the text show, in numbers, the deaths, the violence and the omission of the state towards the peasants of Maranhão who are victims of the greed of the farmers and agribusiness. Resistance to the various forms of violence suffered by peasants is highlighted in our narrative in the strength that emerges from organizations and Social Movements in partnership with the church, the CPT and the desire to fight and remain on the land. A desire that has been decisive in advancing peasant conquests over more than three decades of struggle in the countryside.

Keywords: Peasants; Violence; Maranhão.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo problematizar e interpretar datos sobre los conflictos por la tierra ocurridos en el estado de Maranhão durante las dos últimas décadas del siglo XX. Un período en el que la violencia contra los campesinos estuvo latente, tanto por los ataques criminales de los terratenientes, como por la negación de la acción para mediar en los conflictos por parte del Estado. El abordaje metodológico tuvo en cuenta las experiencias de los investigadores en esta área de conocimiento, el levantamiento y análisis de los informes elaborados por la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) a lo largo del período investigado y las producciones bibliográficas sobre el tema en discusión. Los resultados destacados en el texto muestran, en números, las muertes, la violencia y la omisión del Estado hacia los campesinos de Maranhão que son víctimas de la codicia de los agricultores y del agronegocio. La resistencia a las diversas formas de violencia que sufren los campesinos se destaca en nuestra narrativa en la fuerza que surge de las organizaciones y Movimientos Sociales en alianza con la iglesia, la CPT y el deseo de luchar y permanecer en la tierra. Un anhelo que ha sido decisivo para avanzar en las conquistas campesinas a lo largo de más de tres décadas de lucha en el campo.

Palabras clave: Campesinos; Violencia; Maranhão.

1. Introdução

Nossas memórias, vivências e pesquisas acerca da violência contra os camponeses e camponesas nos sertões do Maranhão durante as décadas de 1980 e 1990 não são suficientes para dar conta de toda a abrangência desse fenômeno nessas terras produtivas, valiosas e cobiçadas, desde que para aqui vieram os portugueses¹.

Não obstante, considerando nossas origens e as experiências que acumulamos durante nossas infâncias, além daquelas experimentadas nas idas e vindas ao campo por ocasião dos trabalhos como agentes de formação na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento Social, acreditamos que ajudarão nesta reflexão, a qual também se sustentará nos dados coletados ao longo dos anos pela CPT do Maranhão, CPT Nacional, jornais e revistas, assim como a bibliografia referente ao período interpretado.

O ponto de partida que procuramos utilizar aqui para falar sobre a violência contra os camponeses/as é a “luta pela terra” nas áreas que também podemos denominar de sertões, tendo em vista a sua abrangência geográfica e histórica no estado Maranhão, cujas fronteiras nem sempre são fáceis de delimitar. A escolha pelas décadas de 1980 e 1990 se deve ao fato de que durante esses dois decênios aconteceram no referido estado os mais violentos conflitos de terras, onde se observou de forma explícita o posicionamento do governo em prol dos latifundiários e grileiros.

2. Metodologia

A pesquisa histórica, como as demais investigações científicas, percorre um longo caminho até se tornar escrita da história, momento em que são apresentados os resultados da investigação em forma de texto (Barros, 2010). De fato, trata-se da exposição da narrativa histórica que construímos a partir do confronto de nossas teorias com as fontes compulsadas.

O que se revela, portanto, neste artigo é resultado de nossa interpretação dos conflitos e luta pela terra ocorridos no Maranhão nas décadas de 1980 e 1990. Nessa pesquisa documental, examinamos os cadernos de conflitos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) dos anos de 1985 até 1999, analisando de forma qualitativa e quantitativa os números e as consequências da violência contra os camponeses e camponesas que resistiram as grilagens de terras feitas por fazendeiros com o apoio do estado.

O foco no estado do Maranhão se deu por conta do elevado número de conflitos apontados nos relatórios da CPT e pelo uso da violência física e psicológica que não excluía mulheres grávidas ou mesmo aquelas que estavam em fase de amamentação. A interpretação a respeito das diversas formas de violência sofrida pelos camponeses e camponesas foi analisada a luz das pesquisas de Barp (1997) sobre a violência no campo na Amazônia brasileira.

Nessa operação historiográfica na qual nos envolvemos ao dialogar com as fontes escolhidas e com os autores consultados, não esquecemos a advertência de Certeau (1982) de que existem pressões que são estabelecidas sobre nós por outros historiadores e pelas fontes que examinamos. Cientes disso, buscamos alicerçar nossas interpretações a luz da luta de classe existente no campo no período histórico pesquisado. Nos ajudaram nessa análise os depoimentos orais dos camponeses e camponesas que foram colhidos por Oliveira (1996) Nascimento (2018), Oliveira (2018), Santos (2021) e Melo (2022).

Os resultados e as discussões de nossa pesquisa estão distribuídos aqui em três seções: os conflitos e a luta pela terra; a violência e a resistência camponesa; o Maranhão como segundo estado mais violento do Nordeste. Estas seções sintetizam as análises que fizemos de duas décadas de conflitos agrários no campo maranhense que envolveram milhares de famílias camponesas e ceifaram centenas de vidas.

¹ Cesar Marques (1870) observava durante o século XIX, no Maranhão, encontrava-se as terras propícia para diversos tipos de lavoura.

3. Os Conflitos e a Luta pela Terra

Durante a década de 1980, as instituições de apoio aos camponeses/as, como a CPT, afirmaram haver uma verdadeira “guerra” contra os trabalhadores/as do campo (posseiros, meeiros, sem-terras, etc.). De fato, esse “estado de guerra” (Cpt, 1985) ceifou a vida de 216 trabalhadores/as e expulsou milhares do Maranhão para outros estados, dentre os quais o vizinho estado do Pará, para onde estima-se que durante essa década teriam migrado mais 100 mil trabalhadores/as (Almeida, 1988).

Em 1985, quando a Comissão Pastoral da Terra começa a catalogar anualmente e a divulgar os conflitos agrários, no primeiro número da publicação do livro Conflitos de Terras no Brasil, o país apresentava, de acordo com essa instituição de assessoria e defesa dos camponeses/as, 768 conflitos, dos quais 636 estavam ligados à luta pela terra.

Nessa luta entre camponeses/as e fazendeiros/grileiros, estavam envolvidos cerca de 87.000 famílias, o que dava uma estimativa de 400.000 pessoas atingidas numa área em disputa de 9,5 milhões de hectares. Naquele ano de 1985 foram contabilizados 216 assassinatos, 1.363 feridos, além de 557 presos, sendo que desse total, 482 pessoas foram detidas por envolvimento na luta pela terra (Cpt, 1985).

Essa ação violenta contra os empobrecidos que viviam nos sertões do Maranhão foram consideradas institucionalizadas pelas entidades de apoio aos camponeses/as, dado o “envolvimento direto do governo maranhense” (Cpt, 1985). Para a CPT existia um “terrorismo de estado” praticado contra os camponeses que, de acordo com os seus levantamentos de dados, em 1985, teriam ocorrido 71 conflitos envolvendo 14.717 famílias ou 62.464 trabalhadores/as rurais. A área em disputa era estimada em 435.956 hectares de terra (Cpt, 1985).

Nesta guerra pela terra no Maranhão, em 1985, 19 pessoas morreram, 40 ficaram feridas, 50 foram presas, 20 foram dadas como desaparecidas e 99 casas foram destruídas, deixando quase uma centena de famílias no relento, sujeitas a fome e a miséria (Cpt, 1985). No quadro abaixo é possível observar mais detalhes sobre os envolvidos nos conflitos.

Quadro 1: Os números da violência no campo maranhense.

Estado	Número Conflitos	Famílias	Pessoas	Área/Há	Tipos de Conflitos	Maiores Autores do Conflito	Ameaças	Ações e Defesas
Maranhão	70	14.717	62.464	435.965	19 mortos 50 feridos 50 presos 20 desaparecidos 99 casas queimadas Características Grilagem Envolvimento massivo da PM, do Secret. de Seg. Pública e do Governo do Estado. Milícias particulares fortemente armadas. Ação conta: STR e Igreja. Prisão de catequistas.	Fernando Pernambucano José Lamar Lucinan de Quadro José Soares dos Santos Ludemir Bonfim Almir Maia Costa Manoel Bezerra Neto Jorge Murad, genro de Sarney Mauro Fecury – Ex-prefeito de São Luis Sec. Seg. Pública Cel. João Ribeiro Silva João Rodolfo – Vice-Governador Valdir J. Melo – PDS Lázaro Barbosa – ex-Pr. Marconi Caldas – Dep. PDS	Ameaçados de Morte: D. Pascásio Rettler, Frei Lucas e Frei Heriberto, de Bacabal Lav. José Ribamar Gomes Oliveira (Coroatá) Del. Sind. Francisco Alves Almeida (B. Jardim) Pe. Luis Pirotta (Arame) Del. Sind. Francisco Vierira de Souza (Arame) Pe. Gian Zuffelaro (Arame) Pe. Cláudio (Arame) Vigário de Parnarama Lav. Waldir Maranhão Filho (P. Ramos) Lav. Brígido Vieira da Silva (Pedreiras)	Mortes de Fazendeiro – 2 Mortes - administradores - 2 Pistoleiro morto - 1 Prisão 3 pistoleiros Desapropriação: 98.436ha p/845 fam. GETAT compra 75.683ha para 2.650 fam. Solidariedade D. Reinaldo Pünder e Diocese de Coroatá D. Pascásio Rettler e Diocese de Bacabal D. Guido M. Casullo e Diocese de C. Mendes

Fonte: CPT- Comissão Pastoral da Terra (1985).

Preocupados com essa situação, os bispos do Maranhão recorreram ao governador do estado Luiz Rocha (1983-1987) para que interferisse a favor dos camponeses/as. O gestor do estado além de não lhes atender o pedido, ainda acusou os dirigentes da igreja católica dizendo que “a Igreja é[era] responsável pelas violências ao sublevar a população, jogando-a contra os legítimos proprietários” (Cpt, 1985, p. 18).

O ataque do estado – encarnado na figura do governador – aos bispos da igreja católica do Maranhão e aos camponeses/as evidenciava a face de um estado violento que procurava se legitimar pela força. Isso nos leva a considerar que o representante do estado, o senhor Luiz Rocha, era adepto do modelo hobbesiano que precisava usar da violência para legitimar-se, assim como fazer uso desse instrumento para cumprir o pacto social entre o estado e os cidadãos (Hobbes, 1983). Fazendo com que, desse modo, o governante do estado beneficiasse, principalmente, aqueles cujo poder econômico e político era usado para expropriar os camponeses/as.

A luta travada entre a igreja católica e Luiz Rocha levou os bispos do Maranhão a excomungarem o governador, o secretário de segurança pública, coronel João Ribeiro Silva Junior e os dirigentes da União Democrática Ruralista (UDR), no estado. O bispo de Bacabal, Dom Frei Pascásio Rettler (1968-1989), realizou o ato de excomunhão no dia 13 de abril de 1986. Um ato inédito até aquele momento na história maranhense.

No documento, que a CPT afirmava ser “corajoso e profético”, os bispos do Maranhão asseguravam que a excomunhão das autoridades do estado e dos dirigentes da UDR se dava pelas “atitudes anti-evangélicas (...) não tendo sentido continuarem recebendo os sacramentos que a Igreja oferece, enquanto não apresentassem sinais públicos de conversão à sabedoria evangélica” (Cpt, 1985, Boletim da Cpt, jan/fev. 1986).

Cabe citar aqui que o estopim da guerra entre a igreja católica e o governo do estado foi o assassinato do camponês Antônio Fontenele Araújo, no povoado Centro do Aguiar, no município de Lago do Junco. A morte teria sido encomendada pelo fazendeiro Adelino Pereira Lima (Cpt, 1985, Loher, 2009). Sobre esse assassinato, o governador acusou a igreja de ser culpada pelas mortes no campo e de estar armando os trabalhadores/as para enfrentar os fazendeiros.

4. A Violência e a Resistência Camponesa

O clima tenso e de guerra no meio rural, colocava o Maranhão, durante as duas últimas décadas do século XX, como um dos estados mais violentos do país (Cpt, 1985). O relato daqueles/as que perderam seus familiares mostra a crueldade dos assassinatos realizados a sangue frio pelos pistoleiros, seguido do impedimento dos camponeses/as de enterrar seus mortos. “Os urubus comeram ele, porque os pistoleiros não deixaram ninguém se aproximar do cadáver” relatou Maria de Nazaré Souza sobre a morte de seu marido (Oliveira, 1996).

A camponesa Maria de Nazaré Souza era esposa de Antenor Sena de Freitas, assassinado em setembro de 1985 na fazenda Capoema, município de Santa Luzia. Em entrevista concedida em 1996, ela lembrou o triste episódio no qual os pistoleiros a impediram de enterrar seu marido, para que o mesmo fosse comido pelos urubus, ilustrando o que poderia acontecer a outros camponeses/as. A violência física praticada contra os camponeses/as parecia não ser suficiente, era preciso aterrorizar psicologicamente aqueles que ainda se mantinham na luta pela terra.

No ano de 1985 foi assassinado também o líder sindical, Gonçalo Ferreira de Sousa, o “Ferreirinha”. O crime ocorreu em agosto daquele ano no povoado Santa Teresa, município de Lago da Pedra, o qual era chamado vulgarmente de Lago da Bala, tendo em vista os assassinatos frequentes que ocorriam por lá. A esposa de Ferreirinha, Angelita Ferreira de Souza, mesmo sob constantes ameaças, continuou na luta em defesa da terra. Durante oito anos foi ela quem deu continuidade ao trabalho da delegacia sindical, que antes era dirigida por seu esposo. Ela dizia que: “o sangue dele me deu coragem” (Oliveira, 1996).

Faz-se importante lembrar que um ano antes, em 1984, numa manhã de domingo foram assassinados, Julião Pinto de Souza e Bento Alves de Lima, o pai e o marido de Aldenora Mendes da Silva. O crime ocorreu no Centro dos Cabecinhas, no município de Lago Verde. Emocionada essa viúva relatou: “eu fiquei com o Bento nos meus braços. Ele derramou muito sangue na minha cara, nos meus braços. Levei foi dias com o sangue no meu corpo, nas unhas. Fiquei mesmo foi enterrada naquele sangue” (Oliveira, 1996, p. 14). O autor dos disparos foi Gorcino Gabriel Ramos, um fazendeiro que tentava expulsar cinquenta famílias do povoado (Oliveira, 1996).

Apesar de na época do crime a viúva, Aldenora, saber informar os passos que o fazendeiro/pistoleiro percorreu durante sua fuga, assim como o local onde se encontrava escondido, o assassino nunca foi localizado pela polícia ou pela justiça. Com efeito, a certeza da impunidade era tão expressiva que o pistoleiro após o assassinato dizia nas “redondezas que tinha matado dois cachorros” (Oliveira, 1996, p. 14).

Situações como estas, também foram catalogados em comunidades lideradas por mulheres que se autoidentificam como camponesas, donas de casa e quebradeiras de coco babaçu, como dona Sebastiana Ferreira Costa Silva e Maria Alaíde Alves de Sousa, moradoras da comunidade Ludovico, no município de Lago do Junco, ao relembrem os processos de luta pela terra e as riquezas que ela produz, como a palmeira do babaçu, de onde elas extraem subprodutos que garantem a sobrevivência de suas famílias.

Conforme Sebastiana Silva (2019),

[...] Era todo mundo junto mulher e home. Mas, quando vinha esses bandido os home tava escondido e quem tomava a frente disso era as muié, né! Era quem tinha a corage de enfrentar os policial, quem tinha a corage de enfrentar os bandido, né! Era quem ia negociar, era quem ia buscar o padre lá na comunidade do Centinho trazer pro Liduvico. Aí essas mulheres era Naná, Maria, Dió, Carmelita, era esse povo mais véi, né! Eu, Leonilde. [...] Que na época a UDR que era a União Democrática Ruralista estava dominando com seu poder econômico, com o seu poder de opressão, escravização. E aí os maridos resolveram também dizer que não queria lutar com nois somente por coco livre mais lutar também pela terra².

Relatos de violência e impunidade como este deixam claro que ambos eram mantidos sob a égide do estado que fazia prevalecer o monopólio da violência legítima, para usarmos aqui uma assertiva Weberiana, embora Hannah Arendt (1994) ressalte que a violência é um instrumental ou um meio para se atingir um fim. Ainda de acordo com Arendt (1994), indivíduos são obrigados pela violência que não é ela própria legítima, a se sujeitarem a governos que aceitam como legítimos.

Não obstante, Martins (1991, p. 18) alerta para o fato de que “os lavradores do campo têm sua própria concepção de direito de propriedade, que os faz levantar-se subversivamente contra o direito proclamado e garantido pelo Estado em favor das classes dominantes”.

A resistência camponesa “contra o direito proclamado e garantido pelo Estado em favor das classes dominantes” (Martins, 1991, p. 18) no Maranhão os levava a combater simultaneamente os governos estadual e federal. Se na esfera local o estado fornecia a polícia para atuar nos conflitos juntamente com milícias e jagunços/pistoleiros; no âmbito federal documentos acerca da reforma agrária sumiam em pleno governo do maranhense José Sarney, como ocorreu no caso da Fazenda Viamão, localizada no município de Grajaú, onde o decreto de desapropriação desapareceu e por conta disso não foi publicado no Diário Oficial da União a expropriação da fazenda de Guilherme Pontes em prol da reforma agrária (Cpt, 1986).

Considerando que o sumiço de um decreto de desapropriação demonstra também o poder do latifúndio no Brasil, há de se concordar que este poder somado à violência no campo teve amparo no poder estatal. Até porque, o poder dos

² Silva, S. F. C. (2019). Entrevista concedida a Santos, A. R. M. Comunidade Ludovico, Lago do Junco, Maranhão.

latifundiários faz uso da violência para a dominação e expropriação dos camponeses/as de diferentes formas, seja ela física ou psicológica. De fato, para Hobsbawn (1982) a violência como fenômeno social existe sob uma grande variedade de formas³.

Não obstante, a violência física, empregada através de agressões, torturas e assassinatos, dada a impunidade vigente, foi aquela empregada com maior frequência nos conflitos de terras no Maranhão. Ela atingiu camponeses/as, sindicalistas, agentes de pastoral e padres e freiras nos anos oitenta e noventa do século XX e ainda continuam a ocorrer nesse novo século.

O assassinato de padres por fazendeiros ou a mando deles ficou marcado na memória do povo maranhense com a morte de Padre Josimo Moraes Tavares, em Imperatriz, no ano de 1986. Ameaçado de morte, o sacerdote da Teologia da Libertação e Coordenador da CPT nunca se intimidou com as ameaças à sua vida e continuou a pregar suas palavras de libertação aos pobres e excluídos. Contudo, numa emboscada feita pelo pistoleiro Geraldo Rodrigues da Costa, que efetuou dois disparos de pistola, Josimo caiu pela última vez. Os mandantes do crime identificados inicialmente foram: Osmar Teodoro da Silva, vereador de Augustinópolis; Vilson Nunes Cardoso e Geraldo Paulo Vieira (Cpt, 1988). Na década seguinte foram arrolados ainda como mandantes outros integrantes da família Teodoro Cardoso⁴. No final daquela década o estado do Maranhão já figurava entre os mais violentos do país.

5. O Maranhão como Segundo Estado mais Violento do Nordeste

Com a aprovação da Constituição de 1988, embora a classe trabalhadora tenha obtido alguns ganhos, a inclusão do termo “propriedade produtiva”, no Artigo 185, foi considerada pelo/as camponeses/as e pelas instituições de assessoria e defesa desse grupo, como um entrave à reforma agrária. Nesse mesmo ano o Maranhão apresentava 43 conflitos catalogados pela CPT, os quais envolviam 23.803 pessoas (Cpt, 1988).

Em 1988 o Maranhão era o segundo estado em número de conflitos no Nordeste e o quarto no Brasil (Cpt, 1988). De janeiro a fevereiro daquele ano três camponeses foram mortos nos municípios de Bacabal e Santa Luzia. Como resposta os/as camponeses/as capturaram e executaram um pistoleiro chamado Agenor Macedo da S. Neto. As 500 famílias que ocupavam a fazenda Terra Bela, em Santa Luzia, viveram dias de campo de concentração, cercados por policiais por todos os lados (Cpt, 1988).

Naquele ano, na casa paroquial da igreja de Nossa Senhora de Nazaré, em Caxias, um sujeito calvo, de traços rústicos e ombros largos, tornou-se hospede por tempo indeterminado. Ele se chamava Luís Vilanova, estava ali abrigado e protegido das ameaças de morte que havia sofrido na fazenda Terra Bela, no município de Buriticupu. Naquele momento, Vilanova estava também sendo perseguido pela polícia (Cpt, 1988).

Victor Asselin (1982) nos conta que o município de Santa Luzia traz em sua história uma longa relação com os/as camponeses/as, pois nasceu no caminho da boiada que se dirigia ao Goiás, em meio as roças dos trabalhadores/as que foram expulsos de Bacabal e que naquele período rumavam em direção ao sertão de Grajaú. De suas primeiras povoações em 1951, foram apenas oito anos para se tornar cidade. A rua principal da cidade, de acordo com Asselin (1982), era anteriormente uma roça de 17 linhas.

³ O sociólogo Barp (1997) enumera em sua tese sobre a cartografia da violência na Amazônia brasileira cinco tipos de violência discutidas por ilustres pensadores, se assim melhor seria denominá-los: 1. Violência Acumulativa (Marx); 2. Violência Política (Marx e Weber); 3. Violência Anômica (Durkheim); 4. Violência Difusa (Foucault); 5. Violência Simbólica (Bourdieu).

⁴ Em 1993, nova denúncia, apontou como mandantes do assassinato de Padre Josimo, Geraldo Paulo Vieira, Adailson Vieira, Osmar Teodoro da Silva, Guiomar Teodoro da Silva, Nazaré Teodoro da Silva e Osvaldino Teodoro da Silva e João Teodoro da Silva. Em 1998 Adailson Vieira, Geraldo Paulo Vieira (pai do Adailson) e Guiomar Teodoro da Silva foram julgados e condenados. Os dois primeiros foram condenados a 19 anos de reclusão e Guiomar, a 14 anos e 3 meses. João Teodoro da Silva faleceu antes de ser levado a julgamento. Geraldo morreu alguns meses depois da sentença. Osmar Teodoro da Silva ficou foragido durante anos, sendo capturado pela polícia somente em 2001, depois de ter sido alvo do programa Linha Direta, na TV Globo. Em setembro de 2003, ele foi condenado, por unanimidade, a 19 anos de reclusão (IHU, 2013; Cf. www.ihu.unisinos.br/noticias/519890-padre-josimo-tavares-27-anos-de-martirio).

Essa terra livre e produtiva atraiu políticos, usineiros, comerciantes e, principalmente, grileiros que viam na região a promessa de um “novo eldorado” (Asselin, 1982). Os conflitos violentos da década de 1980 e 90 eram remanescentes daqueles gerados ainda na década de 1950.

Nos anos finais da década de 1980 barracas improvisadas na porta da igreja de Nossa Senhora de Nazaré chamavam a atenção daqueles que por ali passavam em direção ao centro da cidade de Caxias. Não era uma ocupação aleatória de camponeses sem terras. Estavam ali com o consentimento dos padres Ezio Saviolo e Maurício Vanini. De fato, tratava-se de famílias expulsas do povoado Raposo e de outras localidades vizinhas do primeiro distrito do município que havia sido obrigadas a sair de suas posses pelos fazendeiros pernambucanos que chegaram no Maranhão usando de violência e de pistoleiros para “desocupar” as terras supostamente adquiridas de forma lícita.

A Comissão Pastoral da Terra de Caxias fazia o acompanhamento dos camponeses/as e lhes prestava assessoria jurídica através da advogada e professora de História da Universidade Estadual do Maranhão, Campus Caxias, Dalva de Almeida e Silva, cuja vida por diversas vezes esteve ameaçada por conta de seu trabalho junto aos camponeses e camponesas. Militante aguerrida do Movimento Social e do Partido dos Trabalhadores, Dalva não conseguiu vencer um dos piores inimigos da humanidade nesse novo século, a Covid-19. Veio a óbito no dia 12 de abril de 2021.

Os conflitos nesta área de cerrado envolviam, quase sempre, grandes fazendeiros, políticos e empresários. Com áreas abundantes em água e terras propícias para a agricultura e para o pasto, nunca faltou interessados para investir nesta região que, no ponto de vista dos fazendeiros, só tinha como empecilho os camponeses/as que resistiam como podiam para não perderem a posse das terras deixada por seus ancestrais.

No povoado Engenho D’água, município de Caxias, área reclamada pela família do ex-governador João Castelo (1979-1982) milhares de famílias viveram ameaçadas de expulsão até o início do século XXI, quando finalmente a área foi desapropriada em favor dos trabalhadores que ali viviam. Diversos povoados desmembraram dessa gleba de terra gerando novos conflitos que perduraram até meados da primeira década do novo milênio.

Nomes como Raposo, Engenho D’água, somam-se aos nomes de povoados como Caxirimbú, Buriti do Meio, Assobiante, Monte Valeriano, etc., no município de Caxias, os quais estão marcados pela história da luta pela terra e pela resistência de trabalhadores/as como os camponeses Francisco de Assis e José Preto (Buriti do Meio), Raimundo (Assobiante), Pindoba (Monte Valeriano) que se mantiveram firmes na defesa de suas posses e lá permanecem vivos, ainda, ou talvez já mortos, pois faz tempo que não mais os encontramos pelas estradas da luta pela terra.

Na década de 1990 os conflitos continuam – considerando que a mudança de um decênio para outro não rompe definitivamente com as estruturas estabelecidas anteriormente⁵. Não obstante, devido os entraves sofridos e o fracasso no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) proposto por Sarney, tendo em vista que o governo não passou de 10% do PNRA, os movimentos populares acirraram o enfrentamento contando com o surgimento de novas/outras organizações que ganharam força no campo como a organização das viúvas de camponeses assassinados no campo que ficou conhecido como o Movimento de Viúvas Vítimas da Violência no Campo, o MVC.

Juntando a tristeza e as energias, as viúvas do MVC buscavam a punição dos mandantes e dos assassinos de seus maridos. Cobravam também do Ministério Público a agilização no andamento dos processos já instaurados e abertura imediata de processo nos casos em que não foi obedecido tal procedimento (Oliveira, 1996)⁶.

⁵ Na década de 1990 o número de assassinatos motivados por conflitos no campo no Brasil foi de 48 assassinatos por ano (Santos & Tavares, 2016).

⁶ Em agosto de 1992, o MVC levou uma reivindicação das viúvas propondo receber um salário mínimo como pensão a ser paga pelo estado ao então governador do Estado, hoje senador, Edison Lobão (MDB-MA). Naquela ocasião ele “citicamente respondeu que não dava, porque isso levaria o Estado à falência. No entanto, às vésperas de deixar o cargo para se candidatar a uma vaga no Senado, Lobão encaminhou um projeto de lei beneficiando as viúvas de ex-governadores com uma pensão vitalícia de quase cem salários mínimos. Houve protestos, mas o decreto acabou sendo aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo sucessor do ex-governador, José de Ribamar Fiquene (PFL-MA)” (Oliveira, 1996, p. 14).

Outro movimento que ganha destaque por sua luta é o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Na defesa do babaçu livre, essas mulheres se organizaram em diversas regiões do Maranhão e nos estados vizinhos do Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí. A área da Diocese de Bacabal, no Maranhão, tornou-se a base da organização no município de Lago do Junco.

Muito embora exista ainda poucos registros na historiografia maranhense acerca do protagonismo de mulheres na luta pela terra, estudos mais recentes, como os realizados por Nascimento (2018), Oliveira (2018), Santos (2021) e Melo (2022) apresentam registros importantes do protagonismo das mulheres camponesas e suas organizações em defesa da terra. Esses registros apontam que as mulheres camponesas do estado do Maranhão, em municípios como Peritoró, Codó, Lago do Junco e São José dos Basílios não somente apoiaram seus maridos e companheiros no enfrentamento ao latifúndio e a grilagem da terra, como também lideraram as lutas pela preservação da vida através do livre acesso às florestas de babaçu.

As mulheres envolvidas com a quebra do coco babaçu no Maranhão estiveram em vários confrontos sociais lutando por seus modos de vida. Construíram historicamente uma identidade própria baseada no empoderamento e no enfrentamento de situações adversas (Barbosa, 2015).

Ressalte-se ainda que, nas duas décadas referidas nesse trabalho, as mulheres passam a ocupar mais espaços nos sindicatos de trabalhadores rurais, os quais passam a se chamar de Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. A força e a organização das mulheres trazem para este novo século o que os sindicalistas costumam chamar de “sangue novo”, muito embora fosse mais apropriado dizer que o protagonismo das mulheres se tornava mais evidente, tendo em vista que elas quase sempre foram invisibilizadas na luta pela terra, em detrimento da lógica machista e patriarcal de que “as mulheres sempre são dona de casa” (Perrot, 2012, p. 114-115).

Na prática o trabalho doméstico, que ainda é desenvolvido majoritariamente por mulheres, é utilizado como empecilho para anular as habilidades e capacidades que elas têm de se organizar e defender interesses comuns para homens e mulheres. Como bem é destacado por dona Gonçala Valéria, que se identifica como mulher, mãe, dona de casa, catequista e quebradeira de coco babaçu. Ela foi uma das articuladoras e organizadoras do movimento das mulheres quebradeiras de coco babaçu no município de São José dos Basílios, que disse “a gente naquela época passava por muita situação difícil, era muito sofrimento, fome, e tinha situação que muita gente morria por conta dessa luta, aí a gente vendo tudo isso, começamos a formar o nosso próprio sindicato rural de homem e mulher”⁷.

De 1990 até o ano de 1996 o número de conflitos passa por algumas alterações, caindo em relação à década passada. Contudo, a violência praticada contra os camponeses/as manteve-se inalterada dada a já citada institucionalização da violência no campo ou o estado de terrorismo exercido contra os camponeses/as. Vejamos na tabela 1 abaixo o número de conflitos e a posição do Maranhão no ranking do país até meados da década de noventa do século passado.

Quadro 2: O Maranhão no ranking dos conflitos no país.

Ano	Conflitos	Área (ha)	Pessoas/ Famílias	Maranhão no ranking de conflitos do País
1990	35	145.843	28.261 pessoas	3º lugar
1991	36	1.552.915	16.947 pessoas	4º lugar
1993	29	215.392	8.587 famílias	3º lugar
1995	20	47.494	2.097 famílias	9º lugar
1996	29	180.717	3.674 famílias	10º lugar

Fonte: CPT- Comissão Pastoral da Terra (1997).

⁷ Valéria, G. (2019). Entrevista concedida a Melo, J. A. S. São José dos Basílios, Maranhão.

Em 1997 o relatório de Conflitos no Campo Brasil da CPT trazia 08 pessoas ameaçadas de mortes devido a luta pela terra. Desse total, sete sofreram ameaças no município de Santa Rita (Cpt, 1997). O oitavo que corria risco de morte era o Padre Francisco das Chagas, que sofrera ameaças no município de Magalhães de Almeida. As tentativas de assassinatos registradas foram três: uma em Coelho Neto, outra em Açailândia e a última em Codó⁸. Apesar do fracasso dessas três tentativas, o Sem Terra Francisco da Conceição, o Chicão, não teve a mesma sorte em Açailândia, sendo assassinado no dia 08 de outubro daquele ano (Cpt, 1997).

No ano seguinte, as ameaças catalogadas no estado diminuíram significativamente, caindo para três casos, sendo duas no município de Davinópolis e uma em Presidente Dutra. Os assassinatos, no entanto, aumentaram. Foram quatro camponeses mortos. Uma senhora de 72 anos em Itapecuru Mirim, um trabalhador de 58 anos e outro de 23, em Alto Alegre, e outro de idade não relatada em Bom Jardim, todos mortos por pistoleiros (Cpt, 1998).

No final da década de noventa as ameaças aos camponeses voltaram a subir consideravelmente. Foram 15 no total, sendo que dez dos ameaçados era do município de Lago Verde. O município que aparece em segundo lugar é o de Bom Jesus das Selvas, com três ameaçados, sendo um deles o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. As duas outras ameaças foram contra um camponês de Peritoró e outro de Fernando Falcão. No último ano da década, o único assassinato registrado também era desse último município (Cpt, 1999).

Nesse último decênio do século XX, a CPT montou um quadro dos conflitos ocorridos de 1992 a 1999. Apesar da diminuição das áreas de terras envolvidas nas lutas pela terra, o número de conflitos mais que dobrou, saindo de 361 para 870.

Quadro 3: Conflitos no Campo – quadro comparativo (1992-1999).

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Conflitos de Terra								
N. de conflitos	361	361	379	440	653	658	751	870
Assassinatos	35	42	36	39	46	29	38	27
Pessoas Envolvidas	154.223	252.236	237.501	318.458	481.490	477.105	662.590	536.220
Ha Conflitos	5.692.211	3.221.252	1.819.963	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020
Conflitos Trabalhistas*								
N. de conflitos	18	29	28	21	19	66	70	44
Assassinatos			1		4	1	5	
Pessoas Envolvidas	16.442	19.940	25.193	26.047	2.487	25.660	367.334	5.232
Ha Conflitos								
Outros								
N. de conflitos	54	155	78	93	78	12	279	69
Assassinatos	11	10	10	2	4		4	
Pessoas Envolvidas	15.331	118.952	45.925	36.581	451.157	3.288	109.162	164.909
Ha Conflitos								
TOTAL								
N. de conflitos	443	545	485	554	750	736	1.100	983
Assassinatos	46	52	47	41	54	30	47	27
Pessoas Envolvidas	185.996	391.128	308.619	381.086	935.134	506.053	1.139.086	706.361
Ha Conflitos	5.692.211	3.221.252	1.819.963	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020

*Até o ano de 1996, os dados desta coluna referem-se apenas a Trabalho Escravo. Em 1997, consta o conjunto dos conflitos trabalhistas (Trabalho Escravo, Superexploração e Desrespeito aos Direitos Trabalhistas). Fonte: CPT- Comissão Pastoral da Terra (1997).

⁸ O município de Codó teve e ainda tem diversos conflitos pela posse da terra. Dentre os mais violentos podemos citar a luta dos camponeses do povoado Vergel que vem se arrastando desde 1984, devido a lentidão da justiça para realizar o Inventário da terra. Como consequência dessa situação, foram mortos João do Lúcio, Alfredo e Raimundo Chagas, além de ter havido três tentativas de assassinatos.

6. Considerações Finais

Consideramos aqui que essa narrativa acerca da violência e dos conflitos agrários ocorridos no Maranhão nas décadas de 1980 e 1990 não dão conta de todas as histórias daqueles/as que foram atingidos pela brutal ausência de reforma agrária ampla e justa nesse imenso e rico estado. De fato, torna-se inegável que a ausência de reforma agrária é causadora de conflitos, violência e mortes para os camponeses/as maranhenses das duas últimas décadas do século XX e do novo século, tendo em vista que a luta pela terra ainda continua.

De fato, o que tem havido é uma contrarreforma agrária constante contra os camponeses como assevera Horácio Martins de Carvalho. Para esse pesquisador, “as classes dominantes no Brasil nunca desejaram realizar uma reforma agrária, nem mesmo uma reforma agrária conservadora que se efetivasse sob a direção deles próprios” (Carvalho, 2006, p. 02).

E acrescenta ainda,

As classes dominantes no Brasil, através de seus governos, não apenas resistem em realizar programas de reforma agrária que dêem conta da demanda por terra por parte dos milhões de trabalhadores/as rurais sem terra, como desencadeiam ofensivas políticas e repressivas contrárias às reivindicações e às lutas sociais pela reforma agrária (Carvalho, 2006, p. 06).

Mas, como bem sabemos, sempre haverá resistência dos camponeses/as, pois eles acreditam que é através da luta que a reforma agrária virá. Refletir, portanto, sobre os conflitos e violências contra camponeses/as, seja no Maranhão ou em outros estados do país, nos impõe a condição de colaboradores no debate constante sobre a propriedade da terra e todas as riquezas por ela produzidas. Debater sobre esse tema é, também, problematizar as garantias de sobrevivência, não somente das populações do campo, mas também das populações urbanas. Em contextos de escassez na produção de alimentos saudáveis e na preservação de recursos naturais, urge a efetivação de uma política ampla no/para o campo que garanta primordialmente a terra para quem nela mora e produz.

Nossas considerações finais não encerram as pesquisas sobre a violência no campo maranhense. Com efeito, esse foi apenas um primeiro esforço para mapearmos os conflitos agrários a partir da documentação de instituições de assessoria e apoio aos camponeses e camponesas, como CPT, os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Associações Camponesas e outras organizações dos Movimentos Sociais. A continuidade da investigação será com análise da violência no campo nas duas primeiras décadas do século XXI.

Referências

- Almeida, A. W. B. (1988). O trabalho como instrumento de escravidão. *Humanidades*, 5(17), 58-67.
- Arendt, H. (1994). *Sobre a violência*. Editora Relume-Dumará.
- Asselin, V. (1982). *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. Vozes/CPT.
- Barbosa, V. O. (2016). *Na terra das palmeiras: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*. Jundiá: Paco Editorial.
- Barp, W. J. (1997). *Fronteira da cidadania: cartografia da violência na Amazônia brasileira*. Tese (Doutorado em Ciência Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- Barros, J. D'A. (2010). Teoria e formação do historiador. *Revista Teias*, 11(23), 41-62.
- Carvalho, H. M. (2006). Reforma e contra-reforma agrária no Brasil. In: *Seminário internacional sobre la situación agraria mundial y la reforma agraria desde la perspectiva campesina*, Bogotá/Colombia.
- Certeau, M. (1982). A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Forense Universitária.
- Comissão Pastoral da Terra. (1985). Conflitos de terras no Brasil - 1985. CPT.
- Comissão Pastoral da Terra. (1986). Conflitos de terras no Brasil - 1986. CPT.

- Comissão Pastoral da Terra. (1988). *Conflitos no Campo Brasil – 1988*. CPT.
- Comissão Pastoral da Terra. (1989). *Conflitos no Campo Brasil – 1989*. CPT.
- Comissão Pastoral da Terra. (1997). *Conflitos no Campo Brasil – 1997*. CPT.
- Comissão Pastoral da Terra. (1998). *Conflitos no Campo Brasil – 1998*. CPT.
- Comissão Pastoral da Terra. (1999). *Conflitos no Campo Brasil – 1999*. CPT.
- Hobbes, T. (1983). *Leviatã. matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. (3a ed.), Abril Cultural.
- Hobsbawn, E. J. (1982). *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Paz & Terra.
- Instituto Humanitas Unisinos. (2013). *Padre Josimo Tavares: 27 anos de martírio*. www.ihu.unisinos.br/noticias/519890-padre-josimo-tavares-27-anos-de-martirio.
- Loher, E. (2009). *Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007*. Halley.
- Marques, C. A. (1870). *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Tipografia do Frias. vol. 1.
- Martins, J. S. (1991). *Expropriação e violência: a questão política no campo*. Hucitec.
- Melo, J. A. S. (2022). *Lutas de mulheres camponesas: o caso da associação de quebradeiras de coco babaçu de São José dos Basílios-MA*. 2022. Monografia (Ciências Humanas/História). Universidade Federal do Maranhão.
- Nascimento, E. C. (2018). *O protagonismo das mulheres na luta pela terra na comunidade Vila Vitória, município de Peritoró-MA*. Monografia (Ciências Humanas/História). Universidade Federal do Maranhão.
- Oliveira, A. C. (1996). Corações rebeldes. *Sem Fronteiras*, n. 242.
- Oliveira, N. C. M. (2018). *Organização de mulheres: desafios e perspectivas para consolidação da identidade das quebradeiras de coco babaçu no bairro Codó Novo, Codó-MA*. Monografia (Ciências Humanas/História). Universidade Federal do Maranhão.
- Perrot, M. (2012). *Minha história das mulheres*. Contexto.
- Santos, A. R. M. (2021). *As lutas e conquistas das quebradeiras de coco babaçu da comunidade Ludovico no município de Lago do Junco-MA na década de 1980*. Monografia (Ciências Humanas/História). Universidade Federal do Maranhão.
- Santos, F. B & Tavares, J. C. (2016). Questão agrária e violência no Maranhão: grilagem, colonização dirigida e a luta dos trabalhadores. *Revista de Políticas Públicas*. 20(1), 361-382.
- Silva, S. F. C. (2019). Entrevista concedida a Santos, A. R. M. Comunidade Ludovico, Lago do Junco, Maranhão.
- Sousa, M. A. A. (2019). Entrevista concedida a Santos, A. R. M. Comunidade Ludovico, Lago do Junco, Maranhão.
- Valéria, G. (2019). Entrevista concedida a Melo, J. A. S. São José dos Basílios, Maranhão.